



Poucos moradores levaram baldes, latas e painéis para a manifestação. O protesto acabou em discussão entre petistas e peemedebistas

Panelaço em Planaltina atrai poucos e vira briga política

ROVÊNIA AMORIM

O panelaço de moradores de Planaltina, ontem, em protesto pela falta d'água na cidade, acabou virando discussão política e troca de acusações. Poucos manifestantes concentraram-se em frente à administração da satélite e somente alguns lembraram de levar latas, baldes e painéis. O barulho ficou mesmo por conta do trio elétrico, alugado pela Caesb e usado como palanque político pelas lideranças comunitárias e políticas do PT.

O protesto foi motivado pela iniciativa da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Público e Social (Prodema) de pedir à Justiça o embargo da barragem do córrego do Fumal, perto de Planaltina. A obra, de

responsabilidade da Caesb, acabaria com a falta d'água na satélite. A Prodema garante que a barragem está situada na Estação Ecológica de Águas Emendadas, área de preservação ambiental, e que estaria agredindo o meio ambiente. A obra está também sendo investigada pela Prodema diante de denúncias de superfaturamento e irregularidade na dispensa de licitação.

Apesar de serem favoráveis à continuidade da obra, os deputados Luiz Estevão e Daniel Marques, ambos do PMDB, foram acusados de encaminhar denúncia ao Prodema, pedindo o embargo da barragem. Faixas, que não foram assumidas nem pelo PT nem pelos moradores, condenavam os parlamentares. "Luiz Estevão e

Daniel Marques: Traidores da Água em Planaltina", estava escrito em uma delas.

Artistas - A denúncia que levou a Promotoria a entrar com ação na Justiça contra a Caesb pedindo o embargo da obra partiu do Movimento dos Artistas pela Natureza, como reiterou ontem ao **Jornal de Brasília** o promotor Bruno Caiado de Acioli. "O PT deturpa informação quando atribui aos deputados a denúncia que levou à ação", disse Acioli.

No protesto de ontem, os deputados petistas Wasny de Roure, Lúcia Carvalho e Maria José Maninha subiram no carro de som para acusar o deputado Luiz Estevão pela ação que pede o embargo da barragem. Mostrando um documento na mão, obtido

do promotor Guilherme Fernandes Neto, da Prodema, a deputada Maninha disse: "Lamentamos que o deputado tenha feito denúncia para embargar a obra do Fumal. Isso é um crime e tem de ser cobrado do deputado".

O documento é a Portaria nº 102/96 que deu origem ao inquérito civil público que apura suspeita de irregularidade na dispensa de licitação da obra, pois não teria o caráter emergencial, e de superfaturamento na contratação da Artec Ltda, construtora responsável pela barragem. O deputado Luiz Estevão e toda a bancada do PMDB se posicionam favoráveis a apuração destas eventuais irregularidades, que independem da ação de embargo, conforme explicou ontem o promotor Bruno Acioli.